
**AS FONTES DE PESQUISA
E A ESCRITA DA HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: O
GRUPO ESCOLAR ANTENSINA
SANTANA DE ANÁPOLIS**

Sandra Elaine Aires de Abreu¹

Resumo: *O processo de criação do grupo escolar Antensina Santana, insere-se no contexto de criação e expansão dos grupos escolares em Goiás. Por ser uma instituição pouco estudada, tornou-se o objeto desse estudo. Para tanto, estabelecemos como objetivo localizar, reunir, catalogar as diferentes fontes de pesquisa para a escrita da referida unidade de ensino. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A documentação levantada permitiu a escrita de vários aspectos da história do grupo escolar e ainda possibilita o estudo de outras dimensões. Há ainda nos arquivos do colégio uma massa documental a ser explorada.*

Palavras-chave: *Grupo escolar. Fontes de Pesquisa. Escrita da História. Anápolis.*

Pesquisar o Grupo Escolar Antensina Santana nos remete a questões importantes da historiografia da educação brasileira, de um lado, o estudo das instituições escolares, e especi-

1 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Professora da Universidade Estadual de Goiás -UEG/ Centro Universitário de Anápolis; Professora do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia da Universidade Estadual de Goiás- MIELT/UEG; Professora da /UniEVANGÉLICA. E-mail: sandraaaa@yahoo.com.br

ficamente dos grupos escolares, um marco da educação republicana em nosso país e, ainda pouco pesquisado; de outro lado, a questão das fontes para a escrita da história da educação, que nas últimas décadas, passou por um processo de renovação e ampliação.

O campo de pesquisa da história se ampliou e o mesmo ocorreu com o da história da educação. Houve um movimento de fragmentação e especializações, em busca do particular, do específico e com recortes cada vez menores “[...] estranhamente na contramão de toda a globalização econômica e do discurso hegemônico neoliberal [...]. [Este fato] não é um comportamento específico da historiografia educacional brasileira. Ele ocorre em âmbito mundial e veio se delineando ao longo do século XX” (SANFELICE, 2006, p. 22).

No âmbito das pesquisas em história da educação delimitamos para o presente estudo a história das instituições escolares, porque “[...] não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica [...] Não há instituição sem história e não há história sem sentido. (SANFELICE, 2007, p.79)”.

Apesar de nos últimos anos ter aumentado significativamente o interesse dos pesquisadores pelas instituições escolares, ainda há muito assunto e muitas instituições a se pesquisar. (SANFELICE, 2007).

A importância de se pesquisar instituições escolares se justifica pelo fato de haver um universo amplo e diferenciado de instituições educacionais e estas pertencerem a redes de escolas públicas e privadas, e se distribuírem em diferentes níveis e modalidades de ensino; cada uma tem uma origem muito peculiar, os motivos pelos quais elas passam a existir são os mais diferenciados, a origem de cada instituição quando decifrada oferecem várias surpresas. (SANFELICE, 2006).

As instituições escolares são muito distintas entre si e frequentadas por públicos desiguais.

O público de uma instituição escolar traz para dentro dela [...] certa cultura e um conjunto de valores que podem estar muito próximos ou muito distantes da cultura escolar oficial. Isto faz com que os desafios pedagógicos de cada instituição sejam únicos, o que interfere profundamente no projeto pedagógico de cada unidade escolar. (SANFELICE, 2006, p. 23).

As políticas públicas não entram nas unidades de ensino da mesma maneira, há diferentes acomodações, quando elas se materializam no cotidiano escolar. A identidade de uma instituição escolar a torna singular. (SANFELICE, 2006, p. 23).

Segundo Sanfelice (2006) os historiadores apontam em suas preocupações, nos estudos sobre instituições escolares, o registro do passado e/ou do presente; compreensão e interpretação da educação praticada em uma sociedade; evidenciação da singularidade das instituições educativas mostrando e escondendo como ocorreu e/ou ocorre o fenômeno educativo de uma sociedade; e também buscando as suas origens, seu desenvolvimento no tempo, a identidade dos sujeitos que a habitaram, as práticas pedagógicas que se realizam e muitas outras coisas. Entretanto, o autor diz que a questão essencial é responder: “o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído?” (p.24).

Assim, um trabalho historiográfico das instituições escolares interpreta o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instituíram, criaram, fundaram, ou seja, o sentido da sua identidade e da sua singularidade, projetada dentro de um grupo social. (SANFELICE, 2006). Portanto, estudar os grupos escolares na sociedade brasileira é desvendar o sentido que estas instituições formaram, educaram, instituíram criaram e fundaram em nosso país, bem como trazer à luz histórias de instituições que ainda não foram estudadas.

A implantação dos grupos escolares no Brasil foi um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização das massas. E a escola primária foi um instrumento de divulgação dos valores republicanos.

No cenário nacional, é fundamental destacar que o grupo escolar ganhou concretização no final do século XIX, com a implantação em São Paulo e se espalhou por outros estados brasileiros, ao longo da Primeira República. (ALVES, M., 2007).

Souza (1998) e Faria Filho (2000) destacam o grupo escolar como uma das mais importantes inovações no ensino. Constituídos por uma organização administrativa e pedagógica concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho.

A racionalidade pedagógica consistia na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos, na determinação de uma jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. O plano de ensino era enriquecido e enciclopédico, utilizando o mais moderno método de ensino, o intuitivo, o que exigiu o uso de novos materiais escolares, outro tipo de mobília escolar e abundante material didático. (SOUZA, 1998).

Para Faria Filho (2000) os grupos escolares e seu processo de organização significaram mais que uma nova forma de organizar a educação, significou uma estratégia de atuação no campo educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, ou seja, impondo outra prática pedagógica e social aos profissionais do ensino.

Faria Filho (2000) também ressalta em seus estudos sobre os grupos escolares de Belo Horizonte a relação entre a escola e a organização do trabalho fabril, e a criação dos grupos escolares como um dos momentos da produção do mundo urbano, da cidade.

“[...] Com o grupo escolar se consegue a divisão do trabalho, a fiscalização permanente, a execução uniforme do programa de ensino”. (MINAS GERAIS, 1907c, p. 33 apud FARIA FILHO, 2000,

p.33). No contexto dessa divisão do trabalho, surge um novo personagem no cenário da educação escolar primária, o diretor.

Essa nova modalidade de escola primária exigiu uma nova concepção arquitetônica, o edifício-escola, com a especialização dos espaços de acordo com as finalidades do ensino, da pedagogia moderna: classes, bibliotecas, museus, laboratórios, oficinas, ginásios, pátios para recreio, auditório etc.(SOUZA, 1998).

Monumentais os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração.

Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas. Muitos projetos propunham uma variação do tamanho das salas em função da seriação do ensino. As salas das séries iniciais tinham dimensões maiores que as das séries finais do curso primário. Normalmente, os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, mas eram a ele ligados por corredores cobertos. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25).

Os princípios que regiam as edificações dos grupos escolares pautavam-se pelas necessidades pedagógicas, estéticas e nacionalizantes e o ambiente deveria ser educativo (alegre com paisagem envolvente). As plantas davam visibilidade a vários aspectos dos ideais escolanovistas, incorporando ambientes como gabinetes dentários e médicos, laboratórios, entrada única para

alunos de ambos os sexos consolidando os princípios da co-educação. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

De acordo com Souza (1998), essa nova organização da escola primária tornou-se o modelo cultural em circulação ao longo do século XIX em vários países (França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos), resguardadas às peculiaridades locais, e em poucas décadas também foi o modelo adotado em todos os estados brasileiros e por mais ou menos sete décadas constituiu no modelo preponderante de escola primária no Brasil. Extintos em meados da década de 1970.

Em Goiás, apesar do discurso reformador ao longo da Primeira República, a legislação em vigor até 1918 ainda estava pautada nas leis do final do século XIX e a realidade da instrução primária era descrita como precária, deficitária, inexistente, um mito. “[...] [Até o momento – 1918] a instrução primária em Goiás não sofrera grandes alterações, [...], no que tange à expansão da rede escolar e ao atendimento às crianças, a formação dos professores, ou mesmo nos aspectos metodológicos e de organização das escolas primárias do estado” (ALVES, M., 2007, p.30).

Os sinais de mudança, ainda que tímidos, podem ser observados a partir de 1918, quando o governo estadual efetivamente assumiu a criação e manutenção das escolas primárias, investiu na criação dos grupos escolares, ampliou a rede escolar e incentivou as mudanças pedagógicas estabelecendo novos parâmetros para a escolarização goiana. (ALVES, M., 2007, p.33).

Segundo Ana Maria Gonçalves (2006) a implantação dos grupos escolares inaugurou uma nova fase na educação pública do Estado de Goiás.

Através da Lei nº 631, de 2 de agosto de 1918, regulamentada pelo Decreto nº 5.930 – lei e regulamento redigidos pelo próprio Presidente do Estado –, reformou-se a instrução pública

em Goiás. Dentre as novas determinações destacavam-se: a manutenção da direção e inspeção do ensino por parte do Estado, incluindo o ensino oferecido nas escolas municipais e particulares, as quais deveriam adotar os mesmos programas das escolas estaduais; adoção do método intuitivo, constando educação moral e cívica, educação intelectual e educação física; manutenção das escolas isoladas, com a criação do Grupo Escolar da capital; curso primário de 4 anos, com ano letivo de 10 meses. (GONÇALVES, 2006, grifos nossos).

O primeiro grupo escolar do Estado de Goiás foi instalado no dia 28 de janeiro de 1919 na capital do Estado (cidade de Goiás). Mas, somente em 1925, através do decreto n. 8.538 de 12 de fevereiro, que o governo regulamentou a organização dos grupos escolares em Goiás. (GONÇALVES, 2006)

No interior do estado a difusão dos grupos escolares deu-se de forma lenta. Essa difusão só deslanchou no pós-1945. Após a inauguração do primeiro grupo escolar na capital goiana, somente em 1921 uma lei autorizou a abertura de cinco novos grupos, que começaram a ser implantados a partir de 1923. Entre 1918 e 1930 foram instalados, ao todo, 16 grupos escolares, e de 1931 a 1944 foram criados apenas mais 15, totalizando, para o período anterior a 1945, 31 grupos escolares. No entanto, em 1945 são criados, 25 novos grupos escolares no estado de Goiás. (URZEDO; ALVES FILHO, 2003).

O grupo escolar, mantido pelo governo estadual, instituiu uma forma escolar em que alunos e professores eram distribuídos em séries anuais, houve a ampliação e organização dos programas escolares que dividiam o conhecimento a ser transmitido entre os anos que formavam o curso primário, definindo o método de ensino e a classificação anual dos alunos. Essas alterações conformam um discurso de renovação educacional e coloca com uma das atribuições da escola primária a de formar uma sociedade civilizada e moderna. (ALVES, M., 2007).

A criação dos grupos escolares representava a modernização em curso no país, ou seja, a das escolas de excelência, com prédios escolares próprios, mobiliário e material didático, melhor remuneração docente. Entretanto, a expansão destas unidades escolares não foi suficiente para substituir as escolas isoladas existentes no estado. O predomínio das escolas isoladas e os poucos investimentos a elas destinados deram continuidade aos antigos problemas da rede escolar goiana, “[...] a precariedade do local de funcionamento da escola, a falta de mobiliário e material didático, os péssimos salários dos professores, os problemas com a formação docente, a fiscalização”. (ALVES, M., 2007, p.123).

Em Goiás, o grande desafio na expansão dos grupos escolares foi a construção dos prédios, uma vez que em muitos municípios não havia um infraestrutura que pudesse ser aproveitada. Ciente desse limite, o governo do estado em 1921, incluiu na lei de criação dos grupos escolares um artigo que estabelecia que o governo estadual deveria remunerar os professores e comprar o mobiliário escolar se o município arcasse com a construção do prédio escolar e esse deveria ter sua planta aprovada pelo Poder Executivo, para garantir que o edifício era adequado para o fim a que se destinava. (ALVES, M., 2007).

No contexto de criação e expansão dos grupos escolares no estado de Goiás, destacamos a criação do primeiro grupo escolar em Anápolis, nosso objeto de estudo, inaugurado no dia 18 de março de 1926, com o nome de Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado. Uma homenagem ao Presidente do Estado de Goiás em exercício durante o processo de criação e inauguração da unidade escolar. Em 1931 passou a se chamar Grupo Escolar 24 de Outubro, uma homenagem à data da vitória da Aliança Liberal, e em 1949, passou a ser denominado de Grupo Escolar Antensina Santana².

2 Em relação a “ultima” denominadora da escola, Antensina Augusta Santana, era filha de Moisés Augusto Santana e Cassiana Alves Santana. Antensina Santana nasceu em 29 de abril de 1903 na vila de Santana das Antas, por isso recebeu o nome de Antensina, uma homenagem à cidade onde nasceu.

(ABREU, 2013). Desta data em diante as alterações no nome da unidade escolar foram apenas para adequar às legislações educacionais do país. No ano de 1975, o Grupo Escolar Antensina Santana, passou a oferecer gradativamente de 5^a a 8^a séries (Portaria CEE n. 336, de 21 de janeiro de 1975), deixando de ser uma escola exclusivamente de ensino primário, assim em 1978 passou a ser denominado de Escola Estadual de 1^o Grau Antensina Santana (Lei n. 408, de 19 de janeiro de 1978), para se adequar à nova realidade que se instalava, com o oferecimento de 8 séries anuais e a nova legislação, ou seja, a Lei n. 5.692/71. E a partir da década de 1980, quando a escola passou a oferecer o 2^o Grau, foi denominada de Colégio Estadual Antensina Santana, nome atual da unidade de ensino.

No que se refere ao edifício do grupo escolar de Anápolis, o mesmo teve duas sedes. Uma construída em 1926 situada na Rua Desembargador Jaime com a Praça das Mães, e a outra em 1945, na Rua Arinesto de Oliveira Pinto, Praça Santana, sede atual do Colégio. Ambos foram construídos pelo intendente do município, Graciano Antônio da Silva. (FERREIRA, 1979; MACEDO, 2006).

O novo edifício foi reconhecido como um dos mais importantes e imponentes da cidade, sendo tombado como Patrimônio Histórico de Anápolis, pela Lei n.3.171, de 7 de dezembro de

Antensina vem do gentílico de quem nasce em Antas, que é antense. Casou-se no dia 26 de julho de 1927 com Nicanor Faria e foi professora na escola municipal de Itaberaí. E faleceu no dia 9 de março de 1931, de tuberculose pulmonar. (BORGES, 1980).

Moisés Augusto Santana nasceu na cidade de Goiás, mas fixou residência em Anápolis, onde recebeu várias homenagens. Segundo Júlio Alves (2007) no ano de 1931 o prefeito da cidade, João Luiz de Oliveira fundou o grêmio literário em Anápolis e o denominou de “Gremio Literário Moisés Santana”. Também recebeu o seu nome uma praça no centro da cidade, que hoje é denominada de “Praça das Mães”, local onde foi construída a primeira sede do grupo escolar de Anápolis, na época denominado de Dr. Brasil Caiado. E atualmente, há um logradouro na cidade que leva o seu nome. As homenagens parecem ter sido fruto de sua efetiva participação na emancipação política da cidade.

2005. A fachada foi feita em estilo Art Déco, dotado de uma racionalidade funcional, em que a monumentalidade existe apesar da ausência de ornamento. (ABREU; SOUTO, 2015).

Os estudos sobre os grupos escolares no Brasil são recentes, Santos e Jacomeli (2009) analisaram as pesquisas apresentadas nas Jornadas e Seminários realizados pelo HISTEDBR³ que abordaram os grupos escolares como objeto de análise. Após a realização das leituras dos resumos das pesquisas apresentadas nos eventos, verificam que há poucas investigações sobre grupos escolares⁴ e identificaram a localidade e/ou regionalidade dos trabalhos realizados.

A análise dos dados revelou que os trabalhos realizados foram:

[...] no Paraná 18, Mato Grosso 7, Alagoas 1, São Paulo 8, Minas Gerais 11, Goiás 1, Sergipe 2, Rio Grande do Sul 1, Distrito Federal (RJ) 1, Pernambuco 1 e Mato Grosso do Sul 1; e que vários Estados não aparecem no mapeamento: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.(SANTOS; JACOMELI, 2009,).

A Sociedade Brasileira de História da Educação realizou de 2000 a 2011 seis Congressos e nestes foram apresentados 32 trabalhos sobre grupo escolar, e publicou 23 volumes da Revista Brasileira de História da Educação e nestes volumes apenas dois trabalhos sobre grupos escolares. A Revista Brasileira de Educa-

3 Grupo de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”(HISTEDBR) sediado na faculdade de educação de campinas, o grupo vem atuando desde 1991, articulando grupos de pesquisadores da área de história da educação em vários estados brasileiros.

4 Em doze eventos que aconteceram entre 1997 e 2008 foram apresentados apenas 54 trabalhos sobre grupos escolares.

ção publicou 42 volumes e nesses tem apenas um artigo sobre grupos escolares⁵.

No cenário brasileiro destacam os trabalhos de Rosa Fátima de Souza (1998) e Luciano Mendes de Faria Filho (2000), que discutem respectivamente, a implantação dos grupos escolares em São Paulo e em Belo Horizonte.

No que diz respeito à produção sobre o tema em Goiás⁶ localizamos uma tese de doutorado de Miriam Fábria Alves, defendida em 2007 na Universidade Federal de Minas Gerais, que faz a análise das relações políticas e da escolarização em Goiás durante a Primeira República e a conformação de um novo modelo de escola, a escola graduada ou grupo escolar. E a cidade escolhida para esse estudo foi Morrinhos.

Há um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq que estuda o ensino primário em 15 estados brasileiros, e Goiás é um dos Estados pesquisados. A referida pesquisa tem como objetivo perceber a constituição da escola graduada no âmbito da circulação dos modelos educacionais; verificar a organização e o funcionamento das escolas primárias nos diversos estados brasileiros; interrogar acerca da permanência de sentidos (sociais, educacionais e simbólicos) associados aos grupos escolares nas lutas de representação sobre a escola e reunir fontes documentais de diferentes estados do país visando subsidiar a investigação proposta e fomentar novos estudos histórico-comparativos. (LOPES; SOUZA, 2011). Um dos frutos desta pesquisa foi a obra: “Escola primária na Primeira República (1889 – 1930): subsídios

5 Os dados foram retirados do site da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), nos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação, a partir da análise dos títulos dos resumos, considerando os que apresentavam em seus títulos a expressão grupo escolar e das Revistas Brasileiras de História da Educação, a partir dos títulos dos artigos em que apareciam a expressão grupo escolar.

6 O levantamento para a elaboração do projeto de pesquisa foi inicial, necessitando de um aprofundamento que ocorrerá durante o desenvolvimento da pesquisa.

para uma história comparada”, na qual há um capítulo escrito por Rubia-Mar Nunes Pinto, intitulado: “Escola primária em Goiás na Primeira república: tensões e distensões de um ‘jogo de empurra’”.

O trabalho de Maria da Felicidade Alves Urzedo e Eloy Alves Filho, intitulado: “Grupos escolares em Minas Gerais e Goiás: tempos diversos, objetos comuns?” analisa a diferença no processo de organização dos grupos escolares nos dois estados. O estudo de Ana Maria Gonçalves denominado: “Ordenação do ensino público goiano (1889-1930)”, analisa a ordenação das escolas primárias goiana no final do século XIX e início do século XX. Compreende as prescrições sobre o funcionamento da instrução pública nas regulamentações instituídas ao longo do Império e da Primeira República, de modo específico a implantação dos Grupos Escolares em Goiás (1919); momento em que se inaugura uma nova fase na educação pública no estado.

Os estudos sobre o Colégio Antensina Santana são superficiais. Haydée Jayme Ferreira em sua obra: “Anápolis: sua vida, seu povo” (1979) dedica apenas seis páginas a referida instituição de ensino. Localizamos um trabalho de conclusão de curso⁷ dedicados à instituição, e o mesmo repete o que está na obra de Ferreira (1979) e maior a parte do conteúdo desse trabalho se refere ao contexto histórico nacional, regional e local e desconsidera o processo histórico de criação e expansão dos grupos escolares no Brasil e o que o mesmo significou nas primeiras décadas do período republicano, bem como a historiografia da história da educação sobre o tema.

A produção historiográfica educacional goiana e anapolina é incipiente, carece de estudos e pesquisas. Há muitos aspectos da história da escola e da educação em Goiás em Anápolis a se-

7 A monografia intitulada: “A instrução Pública em Anápolis (1925-1945)” foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de História, da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, em 1999 pelas acadêmicas Dilma Faria Aniceto e Ranelany Vasty Batista Oliveira Cury.

rem escritos, especialmente no que se refere aos grupos escolares. Nestes termos, estudar o primeiro grupo escolar de Anápolis é certamente relevante, por lançar luz sobre uma instituição educacional pouco estudada contribuindo com o alargamento do conhecimento sobre grupos escolares e em especial, do primeiro grupo escolar de Anápolis.

O ponto de partida da pesquisa é o estabelecimento de um problema de pesquisa, pois é ele que vai nortear a escolha e a seleção das fontes. Ao partimos para essa seleção, precisamos ter em mente que uma seleção já foi feita por aqueles que produziram o material, pelos que o conservaram ou deixaram um rastro de uma destruição intencional ou não, por aqueles que organizaram o acervo e pelo próprio tempo. (ABREU, 2006).

O historiador recorre aos arquivos onde estão guardados e preservados os testemunhos do passado. Pode-se pensar nas pessoas como arquivos vivos de sua própria memória, testemunhas de seu tempo; na história, como um grande arquivo da civilização, da sociedade, de uma época; no arquivo, como um espaço físico, lugar destinado a guardar memórias e vestígios de nossa existência. Sem falar naquele tipo de arquivo que desafiou a materialidade de seus suportes e se transformou em uma seqüência de sinais eletrônicos, em um espaço virtual (GIGLIO, 2001 apud ABREU, 2006, p.7).

Como o historiador deve se posicionar diante dos acervos existentes nos arquivos? Quais são os limites e as possibilidades dos acervos com que trabalhamos? A organização do arquivo poderá influenciar na história que será escrita? Até que ponto os documentos preservados determinam o trabalho de pesquisa? Como saber o que foi destruído e o que significaram os documentos preservados? Que peso dar a um documento único? Até onde podemos confiar no que está escrito, especialmente quando a fonte foi produzida pelo Estado?

Quais são as fontes/os documentos do primeiro grupo escolar de Anápolis? Que fontes foram preservadas? Por que foram preservadas tais fontes? Quem as preservou? Que aspectos da história da escola poderá ser escrito a partir dos documentos localizados? Onde serão localizadas?

Nestes termos, um dos grandes desafios dessa pesquisa foi a localização e reunião das fontes. Já que

é a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história é construída/reconstruída. A relação do historiador com as fontes é uma das bases sobre as quais se edifica a pesquisa histórica, pois as fontes são a matéria-prima básica do historiador, indispensáveis para a reconstituição do passado. Esta é uma construção do historiador, portanto, uma parte da operação historiográfica. (ABREU, 2006, p. 8)

A renovação da historiografia educacional requer a ampliação das fontes, pois “[...] seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico correspondesse um tipo único de documentos, especializado para esse uso [...]”. (BLOCH apud LE GOFF, 1984, p.98). As fontes da história da educação e da escola são aquelas que provêm diretamente das práticas escolares, mas muitos aspectos da escola de outras épocas estão registrados em um universo mais amplo de fontes (LOPES; GALVÃO, 2001).

A história da escola e da educação também pode ser escrita a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas, da jurisprudência, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, atos, resoluções, relatórios escritos por presidentes de província e inspetores escolares, regulamentos de instrução, programas de ensino. Esse esforço é necessário porque restringir-se às fontes escolares torna difícil a tarefa de penetrar no cotidiano da escola de outras épocas (RA-GAZZINI, 2001; LOPES; GALVÃO, 2001).

Os historiadores têm ampliado o uso das fontes, incorporando a idéia de que a história se faz por qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas. Daí a utilização de diversas fontes para a escrita da história da escola, tais como: fotografias, inventários, testamentos, fontes arqueológicas, discursos de pedagogos e de médicos sobre a educação, carteiras escolares, utensílios escolares diversos, cadernetas de professores, exercícios, provas, boletins escolares, livros de ocorrências, trabalhos de alunos, uniformes, quadros-negros, bibliotecas escolares, livros dirigidos a estudantes e professores, espaços escolares, pinturas, desenhos, esculturas, cartões-postais, diários íntimos, relatos de viajantes, jornais, revistas, autobiografias, correspondências, obras literárias e até mesmo a poesia (LOPES; GALVÃO, 2001 apud ABREU, 2006, p.6-7).

A partir da identificação dos tipos de fontes que possibilitam a escrita da história da educação, o próximo passo é localizar os arquivos onde elas estão guardadas/preservadas.

Segundo Sanfelice (2006) geralmente as instituições escolares preservam a suas fontes, no que elas denominam de arquivo morto, um amontoado de papeis, caixa velhas guardadas em cubículos, porões, ou banheiros quebrados, onde a poeira, a umidade e as traças deterioram todo o material.

Assim, o objetivo da pesquisa foi localizar, reunir, catalogar as diferentes fontes de pesquisa para a escrita da história do Grupo Escolar Antensina Santana. Como desdobramento do objetivo geral, estabelecemos como objetivos específicos: identificar os locais e as fontes de pesquisas existentes nos diferentes arquivos; analisá-las e classificá-las; identificar as “entradas de pesquisas” para a escrita da história do Grupo Escolar Antensina Santana e escrever a história da instituição de ensino.

O período delimitado para a pesquisa é o que ocorre entre 1925 e 1975. A eleição de ambas as datas não é arbitrária. A

primeira abriu o caminho a uma nova forma escolar, a criação do grupo escolar, e a segunda foi quando o grupo escolar foi extinto, passando a oferecer o ensino fundamental de 8 anos, ou seja, adequando-se a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que extingue o grupo escolar no país e cria o ensino fundamental de 8 anos.

A pesquisa nos desafiou a localizar, levantar, reunir, catalogar, analisar e descrever as várias fontes de pesquisas para escrita da história do primeiro grupo escolar de Anápolis, bem como o levantamento e análise da literatura e legislação sobre os grupos escolares no Brasil. Elegemos para o desenvolvimento deste estudo a pesquisa bibliográfica e a pesquisa e análise documental.

A pesquisa bibliográfica: “[...] abrange [...] [a] bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]”. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p.66). A opção por este tipo de pesquisa justifica-se pelo fato de que um levantamento bibliográfico pertinente “[...] oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas [...]” (MANZO, 1971, p.32 apud MARCONI; LAKATOS, 1990, p.66). Desta forma a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi tornado público, ela permite o exame de um determinado tema sob novo enfoque, nova abordagem, permitindo chegar a conclusões inovadoras.

Assim, a pesquisa bibliográfica dará suporte às análises do objeto estudado, a partir das teorias apresentadas pelos especialistas em instituições educacionais, em especial sobre grupos escolares.

A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Utiliza-se de materiais que não re-

ceberam tratamento analítico e vive muito da crítica histórica. (ABREU, 2008).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

AS FONTES DE PESQUISA PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR ANTENSINA SANTANA

Os locais identificados para o levantamento das fontes foram: Arquivos do Colégio Antensina Santana; Arquivo histórico de Goiânia e Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC – PUC-GO); Museu Histórico de Anápolis; CEDOC – UEG (UnUCSEH); Subsecretaria Regional de Educação de Anápolis; Hemeroteca Digital Brasileira; O Centro de documentação da câmara municipal de Anápolis.

O IPEHBC – PUC-GO tem como acervo que possibilita a escrita da história do grupo escolar, a hemeroteca, que possibilita o acesso as legislações estaduais assim como o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. No CEDOC – UEG (UnUCSEH), as fotografias do grupo escolar, foram os documentos que mais contribuíram para a pesquisa. No arquivo da Subsecretaria Regional de Educação de Anápolis a documentação localizada é recente contribuindo apenas com a escrita da história do grupo Escolar relacionada a sua denominação.

No Colégio Estadual Antensina Santana há quatro arquivos, na secretaria geral; (um armário), na biblioteca, e dois denominados arquivo da secretaria I (com documentos de alunos a partir do ano de 2002) e o arquivo da secretaria II. Dos documentos existentes nos arquivos do Colégio foram fotografados apenas os que estavam no período delimitado para a pesquisa de 1926 a 1975 os demais foram desconsiderados. Os documentos fotografados nos arquivos do grupo escolar forma: Livro de atas de resultados

finais; Livro de Atas de Matrículas: Livro de ata de Instalação do grupo escolar (1926 a 1937). Histórico da escola; Livro de matrícula – professora Luzia Braga; Documentos da professora Elvira Crispim; Trabalho escolar de Irany e Leila; Trabalhos escolares da professora Consuelo; Livro de Protocolo de 1961 . Livro de ponto/frequência de professores de 1926 a 1976. Livro da Caixa Escolar (1936 a 1965); Ofícios de 1965, Documentos de funcionários inativos; registro escolar: matrículas e professores de 1973 a 1976; livros de matrículas de 1967 a 1972; livro de reunião de professores de 1964 a 1968; livro de protocolo e correspondência de 1956 a 1965, livros de chamadas de 1962 a 1970 e outros.

No arquivo do Museu Histórico de Anápolis localizamos livros de Decretos, Portaria e Termo de compromisso que contribuíram para a pesquisa no sentido de revelar o corpo docente, funcionários e diretores entre outros aspectos do Grupo Escolar Antensina Santana.

No Centro de Documentação da Câmara Municipal de Anápolis, os documentos fotografados foram: Projetos de Leis da Câmara Municipal de Anápolis que foram aprovados relacionados ao grupo escolar e os livros de atas das sessões da câmara municipal de Anápolis, Livros de leis, Livros de decretos, Livros de atas do conselho municipal, Livro de Atas da Comissão da Educação e da Cultura 1948 e outros.

As fontes secundárias levantadas nas bibliotecas da UEG e UniEvangélica (livros sobre a história de Anápolis) e sites de outras Universidades (dissertações e teses) e artigos em diversas revistas de História da Educação e Anais de Congressos, Simpósios e Seminários e outros.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR ANTENSINA SANTANA

A partir da análise dos documentos subdividimos o tempo delimitado para a pesquisa (1925 a 1975), tendo como parâme-

tros os regulamentos de instrução primária e as demais legislações nacionais que normatizaram a educação escolar goiana e brasileira, respectivamente. Entretanto, sabemos que a educação escolar não muda instantaneamente com a decretação de uma nova norma, que há necessidade um tempo para a adequação das novas orientações. Assim, dividimos, pelo menos inicialmente, o tempo para o estudo do grupo escolar da seguinte forma: de 1926 a 1929, de 1930 a 1937, de 1938 a 1946, de 1947 a 1961 e de 1962 a 1971. As referidas datas se justificam pelo fato de o ano de 1926 como já foi dito anteriormente, é o de fundação do grupo escolar, neste período estava em vigor o Regulamento de 1900 e Lei n.631, de 2 de agosto de 1918 (legislação estadual). O ano de 1930, porque passou a vigorar o programa para as escolas primárias do Estado de Goiás de 1930 e o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, o Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930. Em 1937, entrou em vigor o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, de 28 de julho de 1937. No ano de 1946, foi decretada a Lei Orgânica do Ensino Primário ou Decreto-Lei n. 8.529, 2 de janeiro de 1946. 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, e finalmente a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Tomamos como parâmetro a legislação estadual e nacional, porque acreditamos que não há como analisar a educação escolar brasileira, sem levar em consideração as políticas públicas educacionais.

Levando em consideração os marcos temporais estabelecidos, mesmo que provisoriamente, passamos a relacionar as possíveis “entradas de pesquisas” e concomitantemente cotejando com os documentos que foram encontrados nos arquivos.

Até o presente momento foi possível escrever o processo de criação do grupo escolar, a inauguração da instituição, o processo de denominação, ou seja, os diferentes nomes que o grupo recebeu ao longo dos anos, confrontando com a literatura

existente, e verificando os equívocos presentes nessa literatura. A arquitetura do grupo escolar, o cotidiano do grupo escolar de 1926 a 1929, o cotidiano escolar de 1930 a 1937, a frequência escolar de 1926 a 1929, a frequência escolar de 1930 a 1937, o tempo escolar de 1926 a 1929, o tempo escolar de 1930 a 1937, o processo de avaliação da aprendizagem de 1926 a 1929, a caixa escolar Dr. Faustino do grupo escolar Antensina Santana, o método intuitivo no grupo escolar Antensina Santana. O estudo das lições de coisas, é um sub projeto em andamento.

Essas pesquisas foram desenvolvidas em programas de iniciação científica e trabalhos de graduação por alunos do curso de pedagogia e do curso de Arquitetura da Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis. E a divulgação dos resultados da pesquisa tem acontecido por meio de apresentações em congressos científicos, publicação de resumos e trabalhos completos nos anais dos eventos bem como a publicação em periódicos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitos outros aspectos da história do grupo escolar Antensina Santana a ser estudados, diante da documentação levantada. Nos arquivos do Colégio há uma massa documental ainda a ser explorada.

Os arquivos das instituições educacionais, constituem-se num acervo rico, com fontes diversificadas, que possibilitam a escrita da história da educação escolar em dimensões ainda pouco exploradas.

THE SOURCES OF RESEARCH AND WRITING OF THE HISTORY OF EDUCATION IN GOIÁS: THE GRUPO ESCOLAR ANTENSINA SANTANA DE ANÁPOLIS

Abstract: *The process of creating the school group Antensina Santana,*

is part of the context of creation and expansion of school organization in Goiás. As a little studied institution, became the object of this study. To this, we have set the objective to locate, gather, catalog the different sources of research for the writing of that teaching unit. As methodology we use the bibliographical research and document analysis. Raised documentation allowed the writing of various aspects of the school's history and also allows the study of other dimensions. There are still in school files documentary mass to be explored.

Keywords: *School Group. Search sources. Writing history. Anápolis.*

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX.** São Paulo, 302p. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

_____. Pesquisa e Análise Documental. **Anais do XVI Seminário de Atualização de Práticas docentes:** competências docentes no século XXI e em outros também... Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2008.

_____. A criação e a denominação do grupo escolar Antensina Santana. *In: Anais.V* EDIPE. Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. CEPED/UEG/PUC-GO/UEG/UniEVANGÉLICA/IFG/IFGoiano. Goiânia: Gráfica PUC-GO, 2013.

ABREU, Sandra Elaine Aires de; SOUTO, Débora Aires. O grupo escolar Antensina Santana: criação, denominação e a arquitetura escolar. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 49 – 84, jan./abr. 2015.

ALVES, Júlio. **Anápolis 1907-2007: cem anos de história.** Anápolis: Gráfica Terra Azul, 2007.

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na primeira república.** Belo Horizonte, 208p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

BORGES, Humberto Crispim. **Moisés Santana: vida e obra.** Brasília: Cerne, 1980.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república.** Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e espa-

ços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil, **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p.19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis: sua vida, seu povo**. Brasília: Centro gráfico/Senado Federal, 1979.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Educação e Cultura. **Portaria n. 336, de 21 de janeiro de 1975**.

GONÇALVES, Ana Maria. A ordenação do ensino público goiano (1889 – 1930). *In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação – A educação e seus sujeitos na história*. Goiânia-GO, 5-8 novembro, 2006. **Anais**. Goiânia: UCG, 2006. Cd-rom.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In: Enciclopédia Einaudi: memória – história*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. pp.11-50, 1984.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho; SOUZA, Rosa Fátima de. Circulação e apropriações da escola graduada no Brasil (1889-1930): notas de uma investigação em perspectiva comparada. *In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação – invenção, tradição e escritas da história da educação no Brasil*, Vitória,ES, 16-19 maio 2011. **Anais**. Vitória: UFES, 2011. Cd-rom.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (O que você precisa saber sobre).

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Sirley. História e educação básica. **Jornal O Centenário**. Anápolis, ano 2, n.10, set. 2006, p.1.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Escola primária em Goiás na Primeira república: tensões e distensões de um 'jogo de empurra'. *In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. (Orgs.). Escola primária na Primeira República (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes de História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba,PR: Ed. da UFPR, n.18, pp.13-28, 2001.

SANFELICE, J.L. História, instituições escolares e gestores educacionais. *In: Revista HISTEDBR on-line*. Número especial, Ago/2006 disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art4_22e.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SANFELICE, J.L. História das instituições escolares. *In: NASCIMENTO, M.I.M. [et.al.] (orgs.) Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução his-*

tórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007. (coleção memória da educação).p. 75-94.

SANTOS, Alessandra de Souza; JACOMELI, Mara Regina Martins. Grupos escolares no interior do HISTEDBR: um mapeamento das pesquisas desenvolvidas e publicadas nos seus eventos, 06/2009, **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas (HISTEDBR)**, vol. 1, pp.1-13, Campinas, SP, Brasil, 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação**, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2011. Disponível em: <www.sbhe.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Revista Brasileira de História da Educação**. Vols. 1 - 23. Disponível em: <www.sbhe.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas).

URZEDO, Maria da Felicidade Alves; ALVES FILHO, Eloy. Grupos escolares em Minas Gerais e Goiás: tempos diversos, objetivos comuns. In: Congresso de pesquisa e ensino em história da educação em Minas Gerais. II Uberlândia, 6 – 9 maio 2003. **Programação e Caderno de Resumos**. Uberlândia: UFU, 2003.